

A COLÔNIA JAPONESA DE SANTOS (1908–1945): FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM UMA CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

*Rafael da Silva e Silva**

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória dos imigrantes japoneses e sua relação com o ambiente urbano da cidade de Santos, litoral de São Paulo, no período de 1908 a 1945. Tal recorte representa os anos em que os japoneses chegaram à cidade até sua expulsão devido à política nacionalista do Estado Novo. Durante esses anos, a cidade sofria transformações em seu ambiente, em pleno processo de transição e modernização. Para tal, o estudo se baseou em autores, como Tomoo Handa, que tenta compreender o processo da imigração japonesa no Brasil, Hiroshi Saito, que defende a periodização da imigração japonesa no Brasil, teoria pertinente ao presente trabalho, Zeila de Brito Fabri Demartini, que trabalha com a educação japonesa no Estado de São Paulo, e na dissertação defendida em 2011 pelo presente autor sobre a Educação Japonesa na cidade de Santos. Como metodologia de pesquisa, o artigo, apoiado nas referências bibliográficas, utilizou pesquisa documental em acervos públicos e privados e em entrevistas de história oral, com questionários voltados para história de vida resumida com enfoque temático. No caso, tais entrevistas foram realizadas ainda para o trabalho de dissertação nos anos de 2010 e 2011. Por fim, o texto conclui que os japoneses aproveitaram os espaços periféricos da cidade para desenvolver suas atividades econômicas, obtendo progresso com o passar dos anos e atraindo outros imigrantes recém-chegados ao Brasil. No entanto, tal progresso foi severamente interrompido pelas políticas do Estado Novo no início da década de 40.

Palavras-chave: Educação japonesa. Santos. História Oral.

The Japanese colony in Santos (1908-1945): training and development in a city in transformation

Abstract: The present article has as aim to analyze the trajectory of the Japanese immigrants and their relationship with the urban environment in the city of Santos, in São Paulo coast-line, between 1908 and 1945. This period represents the years when the Japanese people did arrive at the town until they were expelled due to Getúlio Vargas' nationalist politic of Estado Novo. During those years, the city has suffered changes in its environment, in plain process of transition and modernization. In order to investigate it, this research was based on the theoretical approach of some authors like Tomoo Handa who tries to comprehend the history of Japanese migration to Brazil, Hiroshi Saito, who

* Professor do Ensino Fundamental na rede pública de ensino da prefeitura da Instância Balneária de Praia Grande. Mestre pela Universidade Católica de Santos em Educação, no Programa de História das Instituições Escolares. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: prof.rafael443556@hotmail.com

defends the periodization of Japanese migration to Brazil, theory pertinent to the present work, Zeila de Brito Fabri Demartini that works with Japanese education in the state of São Paulo and on the master dissertation defended in 2011 by the present author about the Japanese education in the city of Santos. The methodology of this study has several data sources, such as documental material from public and private archives and oral history interviews, with questionnaires to obtain resumed histories of life with thematic focus. In this case, the interviews were realized during the dissertation work in 2010 and 2011. The text has concluded that the Japanese migrants occupied periphery spaces to develop their economical activities. They achieved progress as time went by and attracted other immigrants arrived in Brazil. However, the progress was interrupted by the politics of Estado Novo in the beginning of 40's.

Keywords: Japanese education. Santos. Oral History.

INTRODUÇÃO

Este artigo baseia-se em um trabalho mais abrangente sobre a educação japonesa na cidade de Santos, realizado no curso de Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Santos e defendido em 2011. Na ocasião, como meio para obtenção de relatos orais, foi utilizada a metodologia da História Oral, tendo sido possível realizar algumas entrevistas com pessoas ligadas à comunidade japonesa, filhos de funcionários de instituições fundadas pelos imigrantes, ex-alunos da escola japonesa e outros que, por alguma razão, tiveram algum contato com a colônia. Assim, foi aproveitada parte desse material rico neste artigo em apoio às fontes bibliográficas e documentais.

O INÍCIO

A história da imigração japonesa no Brasil inicia-se com a chegada do navio Kasatu Maru no porto de Santos, litoral do Estado de São Paulo. A bordo estavam quase oitocentos pioneiros que chegaram ao país com a esperança de enriquecimento e regresso para a terra natal depois de acumular certa fortuna. Esse rápido enriquecimento era, contudo, inviável e, após alguns anos, os imigrantes perderam o sonho de regresso e se adaptaram à vida no Brasil (HANDA, 1987, p. 6-16).

Tanto fatores internos como externos favoreceram o movimento migratório de japoneses para o Brasil. No plano interno, em resumo, a cultura do café se desenvolvia na região sudeste desde meados do século XIX, necessitando de grande quantidade de mão-de-obra para a colheita, tendo sido primeiramente utilizada mão-de-obra escrava trazida do Norte ou Nordeste do país (COSTA, 1998, p. 80-85; ANDO; WAKISAKA, 1971, p. 19). Com as pressões da Inglaterra para acabar com a escravidão, os cafeicultores necessitaram substituir esse sistema introduzindo imigrantes europeus como trabalhadores livres, apesar das duras condições de vida que ainda lembravam muito o sistema escravista (HOLLOWAY, 1984, p. 112-113). A

principal nacionalidade introduzida no Brasil de 1870 a 1909 foi a italiana, representando aproximadamente quase 50% do total de entradas nesse período (NOGUEIRA, 1973, p. 41). Contudo, no início do século XX, o governo italiano passou a desestimular, e até proibir em 1907, o envio de emigrantes ao Brasil devido a sérias denúncias de exploração e insalubridade (HOLLOWAY, 1984, p. 71-73). Com o principal fornecedor de braços para a agricultura desestimulando a emigração e com a economia cafeeira em fraca expansão, os fazendeiros passaram a considerar a introdução de asiáticos no país, o que poderia significar também encontrar novos mercados consumidores para o produto brasileiro (NOGUEIRA, 1973, p. 76-89).

O Japão, por sua vez, sofria os efeitos da Revolução Meiji (1868), que impusera uma série de mudanças na estrutura social e econômica do país. Em poucas décadas, o país já fazia frente ao mundo ocidental, tanto do ponto de vista militar como econômico (HOBSBAWM, 2009, p. 45-46). No plano interno, contudo, a grande maioria da população, que já passava por dificuldades, ainda vivia no campo sofrendo os efeitos da introdução da economia capitalista no país (ANDO; WAKISAKA, 1971, p. 13). Como agravante, a constituição familiar, tradicionalmente, oferecia uma educação diferenciada para o filho mais velho, herdeiro das terras da família. Aos demais irmãos, restavam poucas alternativas se não se submetessem a trabalhos menos remunerados em outras terras ou migrassem para os centros urbanos (STANIFORD, 1973, p. 35-36). Como forma de aliviar as pressões internas e impor um projeto imperialista, o governo japonês passou a estimular a emigração, primeiro para os arquipélagos ao sul e, posteriormente, para o exterior. No início do século XX, o Brasil era uma boa opção para enviar emigrantes, uma vez que sua economia cafeeira estava em franca expansão, enquanto os EUA, que fora até então o principal destino de japoneses, proibia a imigração de asiáticos (ANDO; WAKISAKA, 1971, p. 23).

Após todos os preparativos, o navio chegou ao porto de Santos em 17 de junho e atracou no dia seguinte. Logo em seguida, os japoneses seguiram para a Hospedaria dos Imigrantes na capital para serem distribuídos pelas fazendas de café. Havia japoneses de diversas partes do Japão, como Kagoshima, Koshi, Fukushima, Okinawa etc., sendo distribuídos de acordo com a necessidade de cada fazenda (HANDA, 1987, p. 6-17). Segundo a autora Arlinda Rocha Nogueira, para a fazenda Dumont seguiram 210 pessoas, para Guataparã foram noventa, São Martinho e Sobrado receberam noventa e nove e quarenta e nove, respectivamente, para Floresta foram 170 e para Canaã, 155 (1973, p. 103). Dessa maneira, o navio Kasatu Maru inaugurou o fluxo de imigrantes japoneses para o Brasil que se manteve contínuo, apenas interrompido durante a Primeira Guerra Mundial e durante os anos do Estado Novo.

Com a introdução dos imigrantes japoneses, os fazendeiros esperavam solucionar o problema de mobilidade dos colonos entre fazendas ou

para fora delas. Acreditavam que, por virem de tão longe e com uma cultura bem diversa da brasileira, encontrariam dificuldades para deixarem as fazendas e encontrar trabalho em outros locais (NOGUEIRA, 1973, p. 60). Logo no primeiro ano de experiência com os japoneses, contudo, registraram-se as primeiras fugas para outras regiões, inclusive centros urbanos, como foi o caso da cidade de Santos. Esperançosos, os japoneses acreditavam poder trabalhar e rapidamente enriquecer e regressar ao Japão. Diante da realidade das fazendas, porém, logo perceberam que seria muito difícil êxito naquelas condições. Assim como as demais nacionalidades, muitas famílias resolveram deixar as fazendas em fugas noturnas para diferentes regiões do Estado de São Paulo (HANDA, 1987, p. 43-44).

A chegada dos japoneses e os primeiros anos

Para Santos, vieram principalmente os imigrantes oriundos da província de Okinawa. Segundo Tomoo Handa, foram atraídos pelas semelhanças da cidade portuária com a terra natal. Inicialmente, os japoneses puderam atuar na zona portuária como estivadores ou operários na pedreira do Jabaquara (1987, p. 313). Na época, o porto de Santos, atrelado à economia cafeeira, encontrava-se em franco desenvolvimento, desenvolvimento esse iniciado na segunda metade do século anterior. Oferecia uma série de oportunidades diretas e indiretas e influenciava a economia da região na área comercial e operária (ANDRADE, 1995, p. 91). Dessa forma, os pioneiros da imigração japonesa na região puderam garantir sua permanência com certa estabilidade para posteriormente dedicarem-se a atividades com as quais tinham mais afinidades.

Apesar do desenvolvimento do porto e do crescimento econômico do café que atingia a região como um todo, a cidade ainda mantinha muitas áreas alheias a urbanização e ao desenvolvimento, com chácaras, criação de animais ou simplesmente brejo, comumente atacadas pela imprensa local como reduto de criminosos e locais de extrema pobreza. Era o caso, por exemplo, dos bairros Marapé e Campo Grande, sobre os quais a imprensa, com certa frequência, trazia alguma notícia policial ou sobre a precariedade da região (SILVA, 2011, p. 63-64). No início do século XX, a visão geral da cidade era de plena transição, ao mesmo tempo em que se via a modernização, com controle de epidemia, abertura de avenidas e canais (BERNARDINI, 2006, p. 263-267), ainda se via o vendedor de leite passar com seu animal pelas ruas oferecendo seu produto de porta em porta (LANNA, 1996, p. 83).

Além disso, a cidade apresentava uma forte característica cosmopolita, abrigando imigrantes de diferentes etnias em quantidade significativa. Compunham quase a metade da população da cidade e atuavam em diferentes setores, desde o trabalho no cais, como na criação de gado e cultivo de hortaliças, responsáveis, em parte, pelo abastecimento interno (LANNA, 1996, p. 171). Os portugueses, por exemplo, espalharam-se pelos morros da

cidade. Construíam suas casas com a tecnologia trazida da Ilha da Madeira com muros e degraus que evitavam o deslizamento. Nesses locais prevalecia a criação de gado e aves, plantações de banana e mandioca (FRUTUOSO, 1995, p. 44).

Esse cenário foi propício para os japoneses arrendarem terras nas regiões mais afastadas do centro a um valor propício às condições econômicas em que se encontravam a fim de se dedicarem às atividades a que estavam mais acostumados em sua terra natal. A grande maioria se dedicou principalmente à pesca e à horticultura nos bairros do Campo Grande, Marapé, Saboó e Ponta da Praia. Outra parcela se dedicou a atividades diversas, no comércio, na estiva ou em casas de família como empregados domésticos (SILVA, 2011, p. 52-54). A produção de gêneros alimentícios pelos japoneses contribuiu para o abastecimento interno da cidade, que sempre fora deficiente, mesmo com a presença de chácaras espalhadas pelos morros e periferias. Rapidamente, seus gêneros ganharam aceitação local, sendo vendidos de porta em porta ou no Mercado Municipal. A entrevistada MK relembra que, para vender os produtos produzidos por sua família, era necessário, assim como outras pessoas faziam, caminhar com um cesto equilibrado na cabeça oferecendo o seu produto:

Naquela época era trabalhar. Trabalhava de casa, tabuleiro na cabeça e vender verdura, e eu subia esse Morro da Penha, Pacheco para vender verdura, foi assim minha vida de infância, assim fora do comércio não, só trabalhava [...] naquela época todo mundo trabalhava dessa maneira. Trabalhava tudo dessa maneira mesmo, tabuleiro na cabeça e vender verdura, batendo de porta em porta, e cada um tinha (um cesto).

A pesca se concentrou principalmente nos bairros do Campo Grande, Ponta da Praia e Macuco, além das cidades vizinhas de São Vicente, Guarujá e Praia Grande, até mesmo pela localização geográfica. Inicialmente, era realizada em embarcações simples de madeira ou com o lançamento de redes de pesca da faixa de areia. Posteriormente, com o desenvolvimento da colônia e a prosperidade dos pescadores, passaram a contratar funcionários e a fundar cooperativas de pesca. Também poderiam atuar na construção e manutenção de embarcações pequenas para seus conterrâneos ou pescadores brasileiros (SILVA, 2011, p. 54). Uma das entrevistadas, cujo pai era pescador e residente do Macuco, relembra o seguinte:

Meu pai tinha os barcos de sardinha e naquela época descarregava na rampa do Mercado. Então, por isso, nós sempre vivemos aqui nessa região e na rua Chile, nos mudamos para Silvério Fontes, que era uma travessa da rua Chile e depois o homem, o dono da casa, queria comprar, vender a casa, e minha mãe não queria comprar lá e aí compramos essa casa aqui e há cinquenta e oito anos nós moramos nessa casa aqui [...]. O meu pai foi uma pessoa que sempre lutou, e

quando eu nasci, ele já era pescador, tinha os barcos de pesca, então as atividades dele anteriores só sei porque o pessoal comenta que ele foi chofer, tanto é que ele tem um diploma aí, diploma aí que eu mandei fazer um quadro, mas a convivência com ele foi sempre com... pessoa fala pra lançar dinheiro, que era dono de barco de pesca, então eu não sei de outra, eu não convivi com... não sei de outra atividade (entrevistada AH).

Tomoo Handa acredita que o êxito dos japoneses em Santos, nos ramos tanto da pesca quanto da horticultura, deveu-se à experiência trazida da província de Okinawa, lugar onde essas atividades eram amplamente realizadas (1987, p. 313-318). Esse sucesso repercutia nos cafezais, levando um número cada vez maior de japoneses a abandonarem as fazendas em direção ao litoral. O recenseamento realizado em 1913 pela Prefeitura Municipal de Santos contabilizava 651 indivíduos. Pouco antes dos japoneses serem expulsos do litoral em 1943, o Consulado Japonês da cidade fez um levantamento contabilizando 3.800 japoneses e descendentes, distribuídos em quase 800 famílias. Ainda segundo esse levantamento, cuja cópia hoje se encontra na Associação Japonesa de Santos, a maioria dessas famílias encontrava-se nos bairros da Ponta da Praia, Macuco, Campo Grande, Marapé e Saboó.

A PROSPERIDADE DAS DÉCADAS DE 20 E 30 E A FUNDAÇÃO DA ESCOLA JAPONESA DE SANTOS

O autor Hiroshi Saito divide a história da imigração japonesa no Brasil em três períodos distintos: o primeiro é caracterizado pela chegada dos pioneiros ao Brasil, com uma interrupção nos anos da Primeira Guerra Mundial, seguindo posteriormente até 1925, quando o governo brasileiro suspendeu os subsídios para a vinda de imigrantes japoneses. Nesses primeiros anos, a colônia japonesa ainda carecia de boa infraestrutura, marcando a instalação e adaptação dos núcleos. O segundo período estende-se de 1926 até 1941. Durante esses anos, o governo japonês assumiu a responsabilidade de subsidiar a emigração para o Brasil e a apoiar as instituições nipo-brasileiras financeiramente, principalmente aquelas de caráter educacional. Por fim, o terceiro período corresponde ao fim da Segunda Guerra Mundial e a reabertura do Brasil para imigrantes japoneses, muitos deles, inclusive, fugitivos dos efeitos da derrota do Japão no conflito (1961, p. 31 – 41).

Como em muitas outras colônias espalhadas pelo Estado de São Paulo, Santos acompanhou as mudanças do segundo período uma vez que, além de abrigar uma colônia numericamente relevante, era local estratégico por se tratar da porta de entrada do país para os novos imigrantes (SILVA, 2011, p. 74 – 77). No início da década de 20, a colônia passou a ser representada por um escritório do consulado japonês instalado na cidade cujo

funcionamento acontecia na Pensão Mikado. A partir de então a cidade foi representada diretamente com a presença de um cônsul japonês até o fechamento das instituições nipo-brasileiras na época da Segunda Guerra. A presença do cônsul facilitava a centralização das reivindicações da população na região e ajudava na administração dos investimentos do governo do Japão na cidade (HANDA, 1987, p. 316). O segundo passo da colônia foi reunir associados e recursos, suficientes para a aquisição de um local onde funcionaria a sede da Associação Japonesa. Com ajuda direta do governo japonês, os associados adquiriram um casarão situado na Rua Paraná, no bairro Campo Grande com a finalidade de sediar a instituição e, ao mesmo tempo, funcionar como escola de língua japonesa. O entrevistado IM, cujo pai atuou na Associação e Escola como secretário juramentado, relata o papel da instituição:

Bom, evidentemente, a finalidade básica era ser escola, mas, com certeza, em torno dessa escola, funcionou a sede da Associação Japonesa, *Nihonjin-kai*. Então, como você vê, essas várias salas que existem por aqui, com certeza abrigaram toda a parte administrativa, não só da escola, mas principalmente da Associação. Aliás, a escola fazia parte da Associação. A escola, em função da Associação. Quem formou a escola foi a Associação. Dificilmente a origem, vamos dizer assim, o ponto de partida foi a escola. Existia a Associação, a necessidade de fazer com que essa cultura japonesa fosse mantida, fosse preservada. Havia necessidade de escola. Então, a Associação formou a escola e nesta importância daqui de Santos, o Governo Japonês então despendeu eu não sei qual valor, mas, com certeza, um valor considerável para construir isto aqui.

Continua lembrando que seu pai, sendo secretário juramentado, era responsável pelos assuntos administrativos da escola, da associação e dos interesses gerais da colônia, ajudando nas questões pessoais:

Ele era (o pai) tradutor juramentado e a tarefa dele era de auxiliar os imigrantes que estavam chegando aqui em Santos, então, na questão de apresentação daqueles que queriam se estabelecer aqui em Santos. Então, ele tinha, vamos dizer assim, capacidade de tanto como juramentado e fazendo esse trabalho de auxiliar, por isso, que ele tinha uma função dentro da Associação Japonesa, aqui de Santos.

A Associação, além de defender os interesses gerais da colônia, servia também como ponto de encontro e lazer entre as pessoas, principalmente para os jovens. Nela os japoneses costumavam realizar festas, comemorações, bailes etc. Normalmente comemoravam o Dia do Imperador com gincanas e brincadeiras, conhecidas como *Undo-kai*, que reunia um grande número de pessoas. A respeito de tais comemorações a entrevistada TS comenta:

Imperador do Japão, se não me engano, eles comemoraram no dia 29 de abril, uns dois dias antes, por aí. Então, onde que aqui, os que estavam aqui no Brasil, comemoravam o 1º de maio, sabe? Em consideração ao aniversário do Imperador. Aí então diz assim, essa gincana se chama *undo-kai*, *undo*: esporte, *kai*: grupo. Grupo que faz os esportes, que é o tipo de gincana: *undo-kai*: tipo de esporte.

Nesse sentido, o espaço conquistado com a aquisição do casarão da Rua Paraná era muito importante, pois contava, aos fundos, com uma quadra poliesportiva onde se praticavam diversas modalidades esportivas e também onde se realizavam as aulas de ginástica da Escola. Entre as modalidades praticadas, destacou-se o *baseball*, cujo clube denominado Colônia Japonesa, representava a cidade de Santos nas competições do Estado de São Paulo (SILVA, 2011, p. 79-82). Com certa frequência o clube aparecia na imprensa esportiva disputando jogos e campeonatos. Por exemplo, o jornal *A Tribuna*, do dia 9 de novembro de 1938, fez a cobertura do jogo de inauguração do estádio Baseball Clube de Santos, onde o Colônia Japonesa jogou contra o clube Hachuja, de São Paulo.

Além dos esportes, a Associação Japonesa destacou-se no âmbito educacional com a fundação simultânea da Escola Japonesa de Santos, com a finalidade de ensinar a língua nipônica e funcionar como uma escola primária seguindo o currículo do Estado. É interessante notar que a educação foi sempre muito valorizada pelos japoneses, merecendo certa atenção, uma vez que era muito comum a fundação de escolas, por mais humildes que fossem, dedicadas ao ensino tanto da língua japonesa como da brasileira (HANDA, 1987, p. 281-297; WAKISAKA, 1992, p. 126-127).

A EDUCAÇÃO JAPONESA

Assim como os imigrantes alemães, os japoneses preocupavam-se acima de qualquer coisa com a educação das novas gerações como forma de oferecer um futuro melhor e como manter viva as tradições e a língua dos antepassados. Havia também o receio de ao regressar, sofressem preconceitos por não saberem a língua dos pais. Provavelmente, o alto zelo pela educação tem sua origem na Revolução Meiji, quando o sistema educacional dos samurais foi ampliado para toda a população como uma das ações no sentido de modernizar o país (MIYAO, 1980, p. 91). Nos primeiros anos, contudo, não havia essa preocupação com a educação, pois todos os esforços estavam voltados para o rápido enriquecimento. A educação se tornou um problema quando perceberam que não seria possível regressar tão rápido quanto imaginavam e os pequenos, nascidos no Brasil ou não, atingiam a idade escolar (ANDO, WAKISAKA, 1971, p. 31).

A primeira escola fundada por japoneses no Brasil surgiu em 1915 no interior paulista. No mesmo ano, foi fundada na capital a primeira escola japonesa em ambiente urbano. Os primeiros estabelecimentos educacionais

fundados por japoneses eram rústicos, muitas vezes não passavam de casebres com forro de palha e paredes de barro. Com o tempo, foram ganhando relevância em infraestrutura e número de unidades, espalhando-se pela maioria das colônias japonesas (HANDA, 1987, p. 282-291). Pouco antes de o governo brasileiro restringir o funcionamento de escolas estrangeiras, no fim da década de 30, contabilizavam-se 477 estabelecimentos oficializados (WAKISAKA, 1992, p. 123-129).

Em Santos, a primeira escola japonesa de que se tem notícia aparece no Anuário de Educação de 1918. Lá consta que a escola funcionava regularmente segundo as exigências legais, contando com trinta alunos mistos sob a direção do professor Taishiro Mizuno. Antes disso, a educação era basicamente realizada por professores particulares em suas próprias residências ou em estabelecimentos alugados, muitas vezes pais que tomavam para a si tal responsabilidade, utilizando escassos materiais oriundos do Japão. A entrevistada MK relembra que frequentou uma dessas escolas particulares no bairro do Saboó:

A minha mãe ainda me pôs aí em uma escola, uma escolinha particular, não sei se conhece, agora tem padaria, açougue, ali na esquina, me pôs ali e depois dali foi para uma outra escolinha particular e a gente aprende um pouco, depois aí no Santa Maria abriu uma escola melhor, até que tem o nome de Tarquínio Silva, ali que eu aprendi um pouco mais, a escola mais assim... melhor! [...] Nem era escola sabe, a pessoa que sabia ensinar então arrumava um quarto, é, um quarto, e ali dava aula.

A educação japonesa na cidade ganhou um grande avanço com a construção e aquisição do casarão da Rua Paraná. Ao mesmo tempo, a Associação Japonesa de Santos se filiou à Associação Japonesa de Ensino do Brasil, cujo objetivo, entre outros, era distribuir material didático de origem japonesa, capacitar professores e indicar diretores. Dessa forma, a Escola Japonesa de Santos ficou responsável pelo ensino de japonês na região do litoral, encaminhando professores e material didático para outras escolas menores (SILVA, 2011, p. 113). Nesse sentido, destacou-se o professor Akio Yanaguisawa, enviado diretamente do Japão para atuar como professor no Brasil. Fez o curso de professor normalista na cidade de Jundiaí e, posteriormente, foi encaminhado a direção da Escola Japonesa de Santos. Ficou no comando da instituição de meados da década de 30 até o absoluto encerramento em 1945. Seu filho, entrevistado SY, comenta a trajetória do pai:

Meu pai, ele veio do Japão, embarcou, ou melhor, chegou aqui no Brasil em 1935, instalou-se em São Paulo como Professor normalista, encaminhado pelo Ministério da Educação do Japão, então, ele foi diretamente até na Rua São Joaquim, na Escola Piratininga. Chamava-se Taisho Gakoo, e lá ao lado da

escola tinha um pensionato onde ele ficou esse período todo e lecionava a língua japonesa e ao mesmo tempo, no ano seguinte, em 34 ou 35, se não me engano, ele foi morar lá em Jundiá, para fazer um curso de complementação, um curso normalista, na cidade de Jundiá. [...] Então, o meu pai, vindo para cá para a Escola Japonesa, na Rua Paraná, 129, ele então tornou-se o diretor responsável pela Escola Japonesa.

Paralelamente ao ensino de japonês, os alunos cursavam o ensino brasileiro seguindo o currículo do Estado como ensino primário como uma escola particular. A integração ao sistema brasileiro de ensino foi uma característica comum em muitas escolas japonesas (DEMARTINI, 2000, p. 49). Para tal, contratavam professores normalistas em horários distintos ao curso de japonês, podendo o aluno permanecer no estabelecimento dois períodos distintos, ou cursar o ensino secundário seguido das aulas de japonês. Na Escola Japonesa de Santos tem-se notícia de três professoras responsáveis pelo ensino primário normal. A primeira delas atuou nos anos iniciais de funcionamento da escola, não tendo sido possível localizar seu nome nem por quanto tempo atuou na escola. As outras duas, irmãs, atuaram na escola aproximadamente na mesma época do professor diretor Akio Yanaguisawa. Chamavam-se: Ana Palmeira Martins Malta, mais conhecida como Don´Ana, e Eulina Palmeira Martins Simom, conhecida como Dona Maninha. Dona Maninha, tendo um filho pequeno, o levou para cursar o ensino primário na Escola Japonesa que, apesar de poucos, admitia alunos brasileiros sem ascendência japonesa. No caso, esse aluno brasileiro foi entrevistado e comenta a participação de sua mãe na escola:

Olha! Eu sou filho da D. Maninha, que era professora lá. Talvez pela razão me levou para estudar durante... depois que eu já tinha feito o Jardim da Infância no Colégio Progresso Brasileiro, eu fui para a Escola Japonesa, mas também passei lá praticamente pouco tempo! Um ano? Talvez! E voltei outra vez para o Progresso Brasileiro, e minha mãe, além de nos ter ensinado em casa, também nos fez passar... deu lições para mim e meus coleguinhas de colégio, de escola japonesa então fui mais ou menos bem, tanto que minhas notas nunca passaram de 80 (oitenta) dificilmente eu chegava ao máximo, mas também tive relacionamento mais, com eles, também foi muito pouco vamos dizer pelo tempo decorrido, é eu não tenho grandes lembranças daquele tempo. Me lembro perfeitamente da família Minamitami da Tereza que era Eurico e o irmão dela Mário eu conheci posteriormente com “tintureiro” e a família Arakaki e Moriguchi “san” que eu acho que é o que o pai desse Ignácio também, eu era ligado com eles por esse fato de estar na Escola Japonesa, assim como o Yanaguisawa “sensei” que era muito ligado a minha mãe e a minha tia, Don´Ana, que era irmã dela, também era professora da escola Japonesa (entrevistado FS).

Além do entrevistado FS, a entrevistada DS, sem ascendência japonesa, também estudou na Escola Japonesa por convite da professora Dona Maninha:

Foi muito pouco tempo, eu estava no colégio Jardim da Infância na parte da manhã e a Da. Maninha me convidou para que eu fosse assistir às aulas do colégio japonês na parte da tarde, porque era um horário em que eu ficava sem fazer nada ou fazendo travessuras em casa, e a Da. Maninha como era professora do colégio então me convidou e minha mãe achou ótimo que eu fosse participar do colégio.

Tanto o ensino da língua japonesa como o ensino primário normal utilizava material didático específico para cada curso. Para o japonês, as apostilas e livros eram importados diretamente do Japão e enviados à Escola Japonesa, que, por sua vez, redistribuía às demais escolas. Essas apostilas continham, de acordo com a série, o ensino dos três tipos de diagramas que compõem a escrita japonesa: *hiragana*, *katakana* e *kanji*. Integrado ao ensino da língua, estavam contidos elementos da cultura japonesa, como vestimentas, gestos, saudações, assim como elementos da história, geografia e mitologia do país (SILVA, 2011, p. 116-119). A educação brasileira fazia o contrário, enaltecendo os valores e a história brasileira. Durante a década de 30, especialmente após ser decretado o Estado Novo (1937), a educação foi utilizada como um instrumento nacionalizador. O ensino de Português, alterado para Língua-Pátria, bem como a História e a Geografia estavam voltados à formação cívica e patriótica das crianças (SOUZA, 2008, p. 28-29).

Essa dupla realidade de ambientes, do nacionalismo brasileiro e da conservação dos hábitos e costumes do Japão, era ainda aprofundada quando as crianças passavam a frequentar escolas tipicamente brasileiras, cujo universo cultural era bem distinto do ambiente familiar (CARDOSO, 1973, p. 221-222). A entrevistada TS, testemunha dessa dualidade cultural, comenta sua angústia de ter que aprender dois idiomas:

Meu Deus, meu pai, porque que eu tenho que estudar japonês, por isso, não vou nunca para a terra, por quê? Meu pai chega: 'você diz isso hoje, quando você crescer, quando casar, você tiver a felicidade de ir para o Japão, você vai saber falar a língua, você vai me agradecer'. Eu nunca vou pro Japão, sabe por quê? Meu Deus do céu, cabeça de criança. Aí eu tive a felicidade de ir, quando eu fui, eu fui numa época de carnaval daqui. Cheguei lá, aquele inverno, embaixo de neve, os parentes, minha mãe falava assim: 'é, você tem bastante irmão, mas a única que diz, fala japonês, alguma coisa, é você' [...] quando eu voltei, eu fui levar um presente para meu pai, nunca me esqueço, sabe o que ele me falou? 'você não tem uma coisa para me falar?'. Pensei: 'ah, muito obrigado, muito obrigado por você ter me mandado estudar japonês'.

Salvo o fato de a escola ensinar o japonês em horários distintos do ensino primário, mantinha uma rotina semelhante às demais instituições de ensino da época na região. Havia horário de entrada e de saída, formavam-se filas para entrar na sala, cantava-se o hino do Brasil e do Japão em

ocasiões especiais, ministravam-se aulas de ginástica etc. A entrevistada TS conta que frequentou a Escola Japonesa durante alguns anos e por isso relembra algumas situações cotidianas:

Quando comecei a idade escolar, meu pai me matriculou no Colégio, nessa associação que chamava Escola Japonesa de Santos. Na época que lá existia o primário. Primeiro e segundo ano, como se diz hoje, primeira e segunda série. Então, meu pai já me colocou nessa escola japonesa para mim poder estudar o japonês, a língua japonesa e a língua portuguesa. Ele me matriculou lá e na época, só era permitido aprender o idioma japonês só quando a criança tivesse nove anos, porque aqui no Brasil, o início escolar é com sete.

Segue comentando as modalidades esportivas praticadas na Escola:

Então, quer dizer, nós fazíamos muito, como é que fala? Aquela, aquela corrida que entrega o bastão assim, como é? É no atletismo, não, aquele que corre não sei quantos metros e o outro entrega o bastão. Fazia muito aquilo, principalmente aquilo. Corrida, assim, corrida, né. Aquela coisa de barra e aquele jogo que chamava tipo de beisebol, mas ou menos assim, sabe? Na época, nós chamávamos de barrabol, barrabol! Formávamos duas equipes, né, é, duas equipes e jogava contra. Tínhamos aula de ping-pong, hoje em dia fala tênis de mesa, naquela época ping-pong. Eu era boa nisso, que eu me lembro, como eu gostava de jogar isso, tênis de mesa, que fala hoje.

Relembra ainda a rotina escolar:

Eu, naquela época, nós fazíamos fila e existia, por exemplo, a sessão: sessão A, sessão B e sessão C naquela época. Assim, a fraca, a média e a forte, existia-se essa separação na classe, A, B e C. A fraca, B média, C forte. Então, tanto é que na classe, A com A, B com B e C com C, em fileira, entende? Então, as classes também eram assim praticamente, se começava com A, depois o B e C, era assim. Eu, graças a Deus, sempre fui do C, sem mentira, sem mentira! Um de meus primos sempre foi do B, até meu tio, pai dele (marido) que no começo vinha nos buscar, lá na Associação, que era a Escola Japonesa, vinha nos buscar porque na volta nos morávamos naquela época na Senador Feijó, na altura onde hoje existe, hoje não é mais, o Bombeiro, onde existia o Bombeiro, lembra? Então, ali de frente mais ou menos, nós morávamos, meu tio vinha nos buscar. Um dia ele perguntou para a professora por que que o filho dele estava numa fileira e eu na outra, aí foi que a Don'Ana, isso na classe da Don'Ana, aí a Don'Ana falou: 'não, é porque os fracos, os mais ou menos e o C que é os fortes, seu filho é médio então ele tá no B, sua sobrinha está no C porque...'. Mas não era mentira, eu sempre tava C, sempre tava no C. Então foi que ela falou, nós tínhamos o A, o B e o C. Naquele época era assim, até os grupos funcionavam assim também, A, B e C, na minha época, A B e C. Até no Cesário Bastos também era assim: A, B e C. Mas era interessante, porque eu acho tão bonito, até hoje quando eu me lembro, até no Cesário Bastos, que é um grupo grande, não sei se agora ainda é aquele número de alunos, sabe? Mas naquela época era bastante aluno, éramos bastante alunos! Era o período de... nos entrávamos as onze, saía

as três, é as três e quinze mais ou menos e ficava até as seis. Muita classe! Ali sempre teve bastante... não é, não tem? Eu me lembro que para entrarmos, nós entrávamos só com o caderno, o material. As malas ficavam todas penduradas nos corredores, cada classe tinha os seus cabides, cabides de duas, três até quatro fileiras.

Além da Escola Japonesa, havia outras duas localizadas no bairro do Saboó e no Marapé. A primeira chamava-se Kazushi do Saboó, um sobrado de madeira localizado ao pé do morro próximo ao cemitério da Filosofia. Também oferecia o ensino primário em horário distinto ao curso de japonês. Apesar de não ser possível afirmar que havia um curso profissionalizante de corte e costura, a exemplo da Escola de Corte e Costura Akama (DEMARTINI, 2000, 58-59), existem fotografias da época onde se percebe que também se ensinava essa prática às moças da escola. Como a escola do bairro se localizava um pouco mais afastada da sede da Associação Japonesa de Santos, servia também como local de reuniões e comemorações (SILVA, 2011, p. 105-107). O entrevistado FT, apesar não ter estudado na escola, comenta que seu pai contribuiu para a construção da escola, que também contou com apoio do governo japonês. Lembra o seguinte:

Lá, parece que o governo Japão também ajudou. Povo que mora lá, cinquenta e poucas famílias, cada um ajudou (com um pouco de) dinheiro para construir a escola, antes de Guerra [...]. Vim para o Brasil para aprender língua brasileira, mas, como tinha muitas chácaras, muito serviço, chácaras que plantavam verduras e para vender também.

Infelizmente, carece-se de maiores informações sobre a outra escola, localizada no bairro do Marapé, denominada Escola União Japonesa. Não se sabe exatamente onde se localizava, o número de seus alunos e se admitia alunos brasileiros sem ascendência japonesa. Contudo, com base em uma notícia sobre os alunos aprovados no ano vigente publicada no jornal A Tribuna do dia 21 de dezembro de 1935, é possível afirmar que também mantinha em funcionamento o ensino primário, provavelmente desde 1932, pois nessa nota fala-se na aprovação de alunos do primeiro ao terceiro ano.

A prosperidade da década de 20 e início de 30, no entanto, deu lugar ao drama da era do Estado Novo e sua política nacionalizadora que atingiu diretamente as colônias de imigrantes, principalmente as de origem dos países que compuseram o Eixo. Ano após ano, os japoneses eram cada vez mais reprimidos até a completa remoção da região, marcando uma ruptura em sua história.

O DRAMA DO ESTADO NOVO

Antes mesmo do Estado Novo, medidas de caráter nacionalista e de supressão das minorias étnicas já estavam presentes no Estado de São Paulo. Em 1934, por exemplo, foi proibida a alfabetização em qualquer língua que não fosse o Português para crianças menores de dez anos, além de exigir inspeção dos materiais didáticos importados destinados ao ensino de língua estrangeira. Com a institucionalização do Estado Novo, tais medidas ganharam âmbito nacional. Assuntos relacionados à saúde e educação foram centralizados nas mãos da União e se tornaram questão de segurança nacional (SKIDMORE, 1982, p. 56-57).

Ações direcionadas à educação tiveram efeito imediato na comunidade japonesa, uma vez que o ensino da língua pátria e a educação de uma maneira geral eram a grande preocupação. Em Santos, a medida que proibia o ensino de língua estrangeira a menores de oito anos criou novo impacto na rotina escolar das crianças cujos pais desejavam que aprendessem o japonês. Na maioria dos casos, as crianças realizavam o ensino primário na Escola Japonesa e, assim que atingiam a idade adequada para aprender a língua japonesa, realizavam o curso junto com o Ensino Secundário em horários distintos. Assim comenta a entrevistada TS:

Então, meu pai já me colocou nessa escola japonesa para mim poder estudar o japonês, a língua japonesa e a língua portuguesa. Então, ele me matriculou lá e na época, só era permitido aprender o idioma japonês só quando a criança tivesse nove anos, porque aqui no Brasil, o início escolar é com sete anos, não é? Então, entra-se com sete anos, no primeiro ano, primeira série, então são sete, segunda são oito se a pessoa não repetir, vamos dizer. Não sei hoje em dia se existe essa palavra repetir. Com oito anos, então não era permitido entrar na aula japonesa. Só quando fizesse nove anos completo é que você poderia estudar a língua japonesa. O porquê disso? O porquê era para não atrapalhar a cabeça da criança, porque quando já estiver na segunda série, a pessoa já sabe ler, escrever o português, não sabe? Sabe tudo.

Após essa medida, seguiu-se o Decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, Art. 2º, que proibia estrangeiros de exercerem ou interferirem em atividades públicas de forma direta ou indireta e também os impedia de se organizar em:

[...] sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimento de carácter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem [...].

O decreto permitia a organização de estrangeiros desde que apenas para fins culturais, sem, contudo receber verba ou qualquer tipo de auxílio do governo estrangeiro. Para os japoneses, esse decreto impunha uma série

de dificuldades, pois muitas escolas recebiam subsídios para manter seus professores e suas instituições diretamente do Japão. Logo em seguida, saiu o Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, determinando a criação do Conselho de Imigração e Colonização em substituição do Departamento Nacional de Povoamento a fim de se intensificar a nacionalização dos estrangeiros. No dia 18 de novembro do mesmo ano, o Decreto-lei nº 868 determinava:

Fica criada, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário, que se comporá de sete membros, escolhidos pelo Presidente da República, dentre pessoas notoriamente versadas em matéria de ensino primário e consagradas ao seu estudo, ao seu ensino ou a sua propagação.

De acordo com a mesma lei, entre outras atribuições, cabia à Comissão: *Definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira.*

Atingiu-se o ápice das medidas restritivas aos estrangeiros durante os anos da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil rompeu definitivamente relações diplomáticas com os países do Eixo (Japão, Alemanha e Itália) em apoio aos Aliados. Até pouco antes da Guerra, o país procurava manter-se em estado de neutralidade, articulando diplomaticamente com ambos os lados. Até aquele momento, o governo do Estado Novo causava certa euforia nas autoridades ligadas ao fascismo e ao nazismo, devido a suas semelhanças ditatoriais (SEITENFUS, 1985, p. 76-85). Contudo, o advento do torpedeamento dos navios mercantes brasileiros com destino à América do Norte forçou o Brasil a declarar guerra contra a Alemanha (CASTELO BRANCO, 1960, p. 54).

A partir desse momento, os imigrantes japoneses, alemães e italianos deixaram de representar um problema de nacionalização para serem vistos como caso de segurança nacional ou, até mesmo para alguns, inimigos de guerra. O envolvimento do Brasil na guerra inevitavelmente surtiu efeitos negativos diretos e indiretos para as colônias imigrantes. Como forma de indenização, o governo determinou no dia 11 de março de 1942, através do decreto-lei nº 4166, o congelamento dos bens dos imigrantes causados pelos estragos na guerra. O mesmo decreto permitiu que se nacionalizassem instituições mantidas por imigrantes, consideradas de utilidade pública.

O funcionamento das escolas japonesas foi gradativamente dificultado. Passaram a receber constantes visitas de inspetores de ensino que tinha o objetivo de fiscalizar as práticas culturais de outros países. Finalmente, tais escolas estrangeiras foram ameaçadas a fechar as portas caso não se adequassem as normas impostas pelo estado. Não poderiam, por exemplo, manter diretores estrangeiros. Mesmo assim, a Escola Japonesa de Santos

ainda conseguiu manter-se e funcionamento sob a direção do professor Akio Yanaguisawa graças a sua formação de professor normalista e da articulação das professoras brasileiras. Por fim, pouco antes do fechamento definitivo, a Escola mudou seu nome para Sociedade Instrutiva Vila Mathias na tentativa de se manter em funcionamento não mais como uma escola particular estrangeira. Contudo, foi fechada definitivamente em 1942. As demais escolas também foram obrigadas a deixar de funcionar. A escola do Marapé desapareceu definitivamente; a do Saboó ainda reabriu anos mais tarde, deixando de funcionar na década de 50, restando atualmente somente as ruínas das fundações do casarão encoberto pelo mato em um terreno baldio. Quanto ao casarão da Associação Japonesa de Santos, foi ocupado pelo exército após a Era Vargas e devolvido à colônia somente em 2008 (SILVA, 2011, p. 193-202).

O governo buscou restringir as atividades dos imigrantes na região, alegando o risco de espionagem de submarinos ou navios inimigos na costa brasileira. Por isso, foi proibida a venda de combustível a japoneses, alemães e italianos. A medida afetou diretamente aqueles que lidavam com a pesca, devido à impossibilidade de abastecer os barcos. Como solução, a exemplo do pai da entrevistada AH, alguns imigrantes arriscaram-se a adquirir combustível de forma ilegal, aumentando ainda mais os riscos de detenção:

O período, na época da Guerra, como meu pai tinha barco de pesca e meu pai ele era naturalizado brasileiro e, então, ele não... os barcos estavam no nome dele e tudo, na época da Guerra o que que eles fizeram? Cortaram o combustível que era o que movia os barcos que meu pai tinha, o Dais e o Alice, mas precisava trabalhar para ganhar dinheiro, como é que ia sustentar a família? Como não podia vender, ele comprava clandestino né, aí pegaram ele, ele foi preso, não estava fazendo nada demais porque ele pagava e tudo direitinho, como é que ia trabalhar com um barco sem combustível? Não podia funcionar né! E ele era naturalizado! Que valor que tinha? Nenhum para o pessoal, mas aí ele foi preso, não sei quanto tempo ficou, um mês, só sei que minha mãe levava todo dia comida lá pro eu pai, aqui, na Praça dos Andradas, naquela cadeia. Mas graças a Deus saiu, aí depois que foi mandado embora de Santos.

Além de serem proibidos de executar uma série de atividades, também não poderiam conversar normalmente na língua do país de origem. Mesmo no final da década de 30 e início da década de 40, era comum encontrar japoneses no Brasil que não dominavam plenamente o português, mantendo, assim, comunicação em japonês, principalmente no ambiente familiar. Essa comunicação representava risco de detenção simplesmente por pronunciar palavras em outra língua que não fosse o português. Certo acontecimento foi relembado pelo entrevistado AF, vizinho de japoneses, que testemunhou um fato ocorrido no bairro do Saboó, em que os estrangeiros

foram severamente advertidos por estarem se comunicando na língua nipônica e ameaçados de prisão:

Teve uma vez que eu fui ser testemunha de um cara, um japonês, aí o delegado deu uma bronca no cara, na minha frente, eu tava lá, era testemunha e começou a perguntar: ‘faz tempo que o senhor conhece o seu fulano aqui, quero ver se você sabe do acontecido’. Aí eu comecei a falar, depois foi o japonês falar com ele assim na língua deles, o delegado falou ‘escute, é proibido falar a língua japonesa aqui, cala a boca, não pode falar!’ Deu um grito na minha frente, os japoneses ficaram quietinhos, depois da Guerra não podia falar a língua japonesa, ficou quietinho.

Mas o pior ainda estava por vir. Em 1943, o governo determinou a remoção de todas as pessoas de nacionalidade do Eixo da costa litorânea do país, uma vez que toda essa região foi considerada área de segurança nacional. Todos os japoneses presentes na cidade de Santos tiveram menos de vinte e quatro horas para deixar a cidade rumo ao interior. Muitas famílias foram abrigadas por parentes, outras se hospedaram em residências de estranho, prestando serviços para arcar com suas despesas. Sem tempo hábil para se desfazer de seus pertences, muitos venderam o que tinham a qualquer preço ou deixaram para trás. O jornal A Tribuna do dia 9 de julho de 1943 registrou:

Colhidos de surpresa, pela medida da Ordem Política e Social, numerosos japoneses trataram de se desfazer de seus bens. No Marapé, na Ponta da Praia e em Santa Maria, houve verdadeira corrida para a venda de suínos, galináceos, muarens etc. Os japoneses - quase todos proprietários de chácaras - expuzeram à venda quase tudo que possuíam. Vendiam a qualquer preço, pois não havia tempo [...]. Sabe-se de um deles que, para se desfazer de sua chácara em Santa Maria, vendeu três porcos, uma carroça e um muar pela quantia de mil cruzeiros. E galinhas? Essas foram vendidas a três e dois cruzeiros a cabeça.

Quanto à remoção, a entrevistada MK relembra o seguinte:

Olha, a retirada foi difícil! Eles avisaram à tarde, disse que tinha que sair, aí saíram e foram tudo para a estação Santos-Jundiá. E a gente nem conhece nada, mas pegamos um trem para a Imigração, imigrante e depois pegamos um outro trem para Bauru. Cada um tinha um conhecido no interior, soube do caso e deixou. Nós tínhamos, em Bauru, aí vieram buscar agente na estação de Bauru. Ficamos hospedados na casa dessa família e depois cada um arranjou um canto para ficar, chácara outra vez! Foi assim a vida.

A expulsão da região litorânea também significou o rompimento das relações de amizade e, em alguns casos, familiares. Muitos japoneses e descendentes retomaram seus antigos contatos somente muitos anos depois, graças aos avanços tecnológicos de comunicação e da retomada do prédio onde funcionou a Associação Japonesa de Santos. Os entrevistados

FS e DS afirmam que, após a remoção, perderam o contato mantido na Escola Japonesa, retomado somente com a reinauguração da sede da Associação Japonesa de Santos. Assim disse a entrevistada DS:

Mas, ainda tem o Ignácio, que está na fotografia que mora em São Paulo, hoje é Pastor, e algumas pessoas que eu perdi de vista, depois veio a Guerra e com isso nós tivemos, perdemos o relacionamento com as pessoas. Logo depois passou a ser do Exército, a casa foi cedida e agora depois de muitos anos é que eu me encontrei com algumas pessoas daquela época.

Muitos prontuários que se encontram no acervo do Arquivo Público do Estado apresentam os problemas das famílias que deixaram a cidade de Santos e tentavam regressar para findar suas pendências na região. Como era necessária a expedição de um “salvo conduto”, era aberto um processo pelo Departamento de Ordem Política e Social, onde era registrado o andamento do processo. Assim, é possível encontrar algumas histórias que ajudam a entender o drama da colônia (TAKEUCHI, 2002, p. 32). O Prontuário 23821, por exemplo, diz respeito à tentativa de uma família portuguesa de trazer de volta para a região uma menina que era órfã de pai e mãe, criada pela mesma e foi obrigada a se retirar da cidade, sem ter lá quem a cuidasse. Contudo, não se sabe se o pedido foi aceito ou indeferido. Assim dizia o delegado auxiliar Affonso Celso:

Tenho a honra de solicitar a gentilêza das providências de V.S. no sentido de ser autorizado o regresso a esta cidade da japonesa Iaé Nishinunekura, que encontra-se nessa Capital em virtude de determinação superior. Essa moça é órfã de pai e mãe, tendo sido criada pela família do Sr. Antônio Fernandes, de nacionalidade portuguesa, desde a idade de nove anos. O referido negociante assumiu, perante essa Auxiliar, inteira responsabilidade pela permanência daquela japoneza nesta cidade.

Nos prontuários, encontram-se histórias de pessoas que tentavam reaver familiares menores que ficaram na cidade sem cuidados. Outros deixaram plantações, negócios e dívidas, e assim tentavam saudá-las. Os mais atingidos por esses problemas foram os pescadores. Muitas pessoas suplicaram as autoridades autorização para regressar a região por conta de não se adaptarem aos trabalhos no interior do Estado, uma vez que em toda a sua vida haviam se dedicado à pesca. O prontuário nº 28648, por exemplo, é mais um desses casos, onde o requerente relata que vivia em Santos há mais de trinta anos sempre tirando o sustento de sua família por meio da pesca e, por conta da remoção, se encontrava em situação financeira delicada:

Seian Hamamoto, abaixo assinado, brasileiro naturalizado, de profissão pescador matriculado na Capitania dos Portos de Santos, filho de Casaemon Hamamoto e

dn. Mina Hamamoto, residente em São Paulo a rua conde de Sarzedas nº 108, vem por meio deste muito respeitosamente solicitar-vos o seguinte.

O requerente que conta 65 anos de idade, residia em Santos a Avenida Rei Alberto nº 241 em companhia de sua esposa de nome Missako Hamamoto e mais 8 filhos, brasileiros, vivendo do produto da pesca, isto a mais de trinta anos, sempre em Santos.

Acontece que, por determinação das respeitáveis ordens das autoridades, teve que retiraram-se de Santos, estando provisoriamente residindo em São Paulo, onde vive passando privações, pois o pouco recurso que possuía gastou em custeio de sua vida na Capital, achando atualmente quase na miséria.

Pelos motivos acima, é que o peticionário implora da digna autoridade que preside os destinos da Ordem Política e Social o seu regresso para Santos, amparando deste modo um velho, bem como seus filhos todos brasileiros [...].

Na tentativa de convencer as autoridades, os solicitantes anexavam documentos que pudessem comprovar os vínculos com a cidade. Um exemplo interessante é o Prontuário nº 19808, referente ao japonês Ikuiti Fukumoto, constando em anexo o diploma do seu filho do ensino primário cursado no Grupo Escolar Barnabé como prova do vínculo de sua família com a cidade. No entanto, esse caso foi um dos poucos indeferidos, tendo sido possível a seu filho regressar somente para realizar os exames finais no ensino secundário. Em outros casos, os solicitantes alegavam que tinha trabalho garantido na cidade e foram obrigados a abandoná-los. Nesses casos, a própria companhia que os contratava tentava interceder alegando a importância, em carta anexada ao prontuário, dos trabalhos realizados por determinado funcionário. No prontuário nº 62283, Kame Uechi alega possuir emprego garantido na Companhia Docas de Santos, tendo a própria Companhia declarado:

São necessários a esta Companhia os serviços do Sr. Kame Uechi, trabalhador de carga e descarga da turma número V da Divisão do Tráfego, de nacionalidade japonesa, atualmente afastado de suas funções, em virtude de determinações emanadas da Delegacia Auxiliar de Santos, em meados de 1942.

A maioria dos pedidos foi deferida, sendo poucos os casos considerados de risco para a segurança nacional e que não foram autorizados. Com isso, ainda no ano de 1943, pouco a pouco as famílias que não conseguiam se adaptar regressaram e contribuíram para restabelecer a colônia da cidade novamente, que jamais seria a mesma dos anos anteriores à Guerra. A entrevistada TS, por exemplo, relembra que sua família não se adaptou ao trabalho em uma fazenda e regressou, tendo que recomeçar do zero coletando algas:

O regresso foi assim, regresso em quarenta e sete com uma mão na frente e outra atrás, com dívida nas costas, nessa altura eu já tinha casado com ele. Então ele é de Presidente Prudente. O que nos salvou muito foi... você conhece *sushi*? Você

conhece aquela folha que é preparada? Naquela época tirava-se muito aquela alga, aquilo é uma alga que dava nas costeiras, sabe? Então, predominava aquilo. Então ele ia buscar, mandava minhas irmãs também ir buscar, tinha meus primos que também iam em busca e aquilo tirava das pedras, trazia para casa, moía, para moer não era elétrica, era manual; eu com meu filho nas costas moía aquilo, lavava direitinho.

Lentamente a colônia se restabeleceu na região. Muitas famílias jamais regressaram. Outras, no entanto, conseguiram reconstruir a vida retomando suas atividades anteriores ou em novos ramos. A Associação Japonesa, mesmo sem uma sede definitiva, passou a atuar para conseguir a devolução do casarão e na reunião de seus antigos membros promovendo festas e eventos em outros locais. Finalmente, em 2008, os descendentes conseguiram reaver o imóvel e nele realizam comemorações e atividades ligadas à cultura japonesa. No entanto, a educação japonesa, o que não ocorreu somente em Santos, jamais foi a mesma, sofrendo uma severa reestruturação na sua forma pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando os japoneses abandonaram as fazendas de café para regressar a Santos, encontraram um ambiente urbano em plena transição que, apesar das adversidades, garantiu a fixação dos imigrantes. Ao mesmo tempo em que se modernizava seu porto e se urbanizavam os espaços públicos, mantinham as áreas periféricas de forma semelhante a ambientes rurais aproveitados para a realização da horticultura e da pesca com as habilidades trazidas da terra de origem, garantindo o êxito na região, atraindo outros japoneses, principalmente aqueles oriundos de Okinawa.

Baseado na periodização do autor Hiroshi Saito, não se pode menosprezar a influência e a participação do governo japonês na colônia. A partir de então, um novo perfil de imigrante vem para o Brasil, já com certo nível de escolarização, que contribui para a organização e estruturação das instituições nipo-brasileiras. Foi o caso da Escola Japonesa de Santos, que teve um papel fundamental, tanto para a preservação da cultura japonesa entre os membros mais novos, como para garantir a educação necessária ao progresso individual. Além disso, a existência de um ambiente escolar significava também possuir espaço físico e cultural onde podiam se encontrar para festas e eventos esportivos e culturais. Até a expulsão dos japoneses da região litorânea, a Escola Japonesa demonstrou grande estrutura para se manter em funcionamento como uma instituição de ensino primário.

Segundo Zeila de Brito Fabri Demartini, não se pode dizer que as escolas japonesas mantinham características essencialmente japonesas, distinguindo-se, por isso, das demais escolas brasileiras; tão pouco é possível afirmar que deixou de lado suas origens para tornar-se uma instituição

reprodutora dos discursos nacionalistas da época (2006, p. 165). Em Santos, mantendo as duas orientações educacionais, a brasileira do ensino primário e a japonesa, vinda com o material didático e com os professores convivendo em um mesmo ambiente, criou-se um campo complexo de relações culturais. Até mesmo os professores acabaram incorporando elementos estrangeiros com a convivência com os professores japoneses. Para os alunos, significou desenvolver-se em um rico ambiente cultural, mas ao mesmo tempo confuso, na medida em que as duas orientações apresentavam elementos nacionalistas diferenciados.

Sem perder de vista o contexto histórico do Estado Novo e seus argumentos para transformar a região litorânea em área de segurança nacional, tal política modificou drasticamente a vida de centenas, ou milhares de japoneses e descendentes que pouco sabia sobre os acontecimentos internacionais da Segunda Guerra Mundial. Da noite para o dia perderam muito do que levaram anos para construir. Além disso, foi um período altamente traumatizante, visto pela fala dos entrevistados, dos quais muitos relataram o episódio sem serem questionados sobre tal. Somente anos mais tarde puderam regressar lentamente, mas certamente o episódio marcou a história da imigração japonesa na cidade de Santos. Significou a interrupção do ensino da língua japonesa para toda uma geração, sendo retomada somente nas últimas décadas pelos descendentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDO, Zempati; WAKISAKA, Katsunori. Sinopse histórica da imigração japonesa no Brasil. In: CONSULADO DO JAPÃO. *O japonês em São Paulo e no Brasil*. São Paulo, 1971. p. 4-34.
- ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. Santos: urbanismo na época do café. In: PEREIRA, Maria Aparecida Franco (Coord.). *Santos, café & história*. Santos: Leopoldianum, 1995. p. 89-106.
- BERNARDINI, Sidney Piochi. *Os planos da cidade: as políticas de intervenção em Santos de Estevan Fuertes a Saturnino de Brito (1892-1910)*. São Carlos: Rimas/São Paulo: FAPESP, 2006.
- CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na Segunda Guerra*. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1960.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis: Vozes/ São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p. 317-345.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 41ª ed. São Paulo: UNESP, 1998.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira. *Educação & Sociedade*, n. 72, p. 43-72, ago. 2000.
- _____. Relações interétnicas na prática pedagógica. In: ARAUJO, Marta M. (Org.). *Intelectuais, Estado e educação*. Natal: EDUFURN, 2006. p. 163-184.

- FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. O café e a imigração em Santos. In: PEREIRA, Maria Aparecida Franco (Coord.). *Santos, café & história*. Santos: Leopoldianum, 1995. p. 41-54.
- HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história da sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade em transição, Santos: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec/Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- MIYAO, Sussumu. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO, Hiroshi (Org.). *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz/ EDUSP, 1980. p. 91-99.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908 – 1922)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1973.
- SAITO, Hiroshi. *O japonês no Brasil: Estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos (1930-1942)*. São Paulo: Nacional, 1985.
- SILVA, Rafael da Silva e. *A educação japonesa na cidade de Santos (1908-1943)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Santos, Santos.
- SKIDIMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.
- STANIFORD, Philip. Nihon Ni Itemo Sho Ga Nai: o background, a estratégia e a personalidade do imigrante japonês no além-mar. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1973. p. 32-55.
- TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.
- WAKISAKA, Katsunori (Coord.) et alii. *Uma epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

OUTRAS FONTES CONSULTADAS:

- A **Tribuna**. Santos, 21 dez. 1935.
- A **Tribuna**. Santos, 8 nov. 1938.
- A **Tribuna**. Santos, 09 jul. 1943.
- BRASIL, **Decreto-lei n° 386**, de 18 de abril de 1938.
- BRASIL, **Decreto-lei n° 406**, de 4 de maio de 1938.
- BRASIL, **Decreto-lei n° 868**, de 18 de novembro de 1938.
- BRASIL, **Decreto-lei n° 4166**, de 11 de março de 1942.
- GOVERNO DO ESTADO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo**. Diretoria da Instrução, 1918.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. **Recenseamento de 1913**. Santos: 1914.
- Prontuários do Arquivo Público do Estado de São Paulo
62283, 28648, 23821, 19808